

Peste, seca e disputas políticas saúdam a República na Cidade do Jardim (Jardim do Seridó-RN)

Plag, drought and political disputes salute the Republic
in Cidade do Jardim (Jardim do Seridó-RN)

Diego Marinho de Gois¹

RESUMO: O presente artigo tem por objetivo analisar o contexto de instalação da República na Cidade do Jardim, nome que se dava ao espaço onde hoje está localizada a cidade de Jardim do Seridó, no sertão do Seridó, no Rio Grande do Norte. Visa perceber como a população local se encontrava no período de transição do Império para a República. Para tanto, utilizamos como documentação principal para análise a fonte jornalística, percebendo que alguns intelectuais da localidade atuaram como cronistas, escrevendo correspondências para alguns jornais de destaque no estado, dentre eles: O Povo, publicado na vizinha Cidade do Príncipe, hoje Caicó, e Jornal Gazeta de Natal, da capital do estado. Esses jornais tinham posições ideológicas díspares, sendo um Liberal, outro Conservador, tornando possível perceber informações diversas sobre a Cidade do Jardim, no contexto de transição do Império para a República. Uma cidade constituída de vivências, apropriações, desejos e interesses diversos, diante das transformações pela qual passava o país naquele momento. Uma relação entre a história local e a história nacional, que possibilita contemplar outras dimensões históricas, além daquelas consolidadas pela historiografia tradicional, as quais privilegiam os espaços das grandes cidades. O presente artigo propõe a inserção de novos grupos sociais no enredo histórico, considerando as diferenças, a multiplicidade de comportamentos, o cotidiano de pessoas em um espaço específico, particular, delimitado, relacionando-os com outros lugares, espaços e ideias.

PALAVRAS-CHAVE: República. Jardim do Seridó. Século XIX. Disputas políticas.

ABSTRACT: This article aims to analyze the context of installation of the Republic in Garden City, name given to the area where now is located Jardim do Seridó City, in the backwoods of Seridó, in Rio Grande do Norte. It aims to perceive how the local population was in the period of transition to the Republic. Therefore, we used as primary documentation for analysis journalistic source, realizing that some intellectual citizens of the town served as chroniclers, writing correspondence for some prominent newspapers in the state, among them: The People, published in nearby City of The Prince, today Caicó, and Gazeta de Natal Newspaper of the state's capital. These newspapers had divergent ideological positions, one Liberal, one Conservative, making it possible to collect various informations about the Garden City, in the context of the transition of Empire to the Republic. A city made up of experiences, appropriations, desires and different interests, given the transformations through which passed the country at that time. A relationship between local history and national history which enables contemplate other historical dimensions beyond those consolidated by the traditional historiography, which emphasize the spaces of big cities. This article proposes the inclusion of new social groups in the historical plot, considering the differences, the multiplicity of behaviors, the daily life of people in a specific space particularly delimited, relating them to other places, spaces and ideas.

KEY-WORDS: Republic. Jardim do Seridó. XIX century. Political disputes.

Introdução

¹ Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). dieguitogois@yahoo.com.br.

O objetivo deste texto consiste em analisar o contexto de instalação da República na Cidade do Jardim, nome que se dava ao espaço onde hoje está localizada a cidade de Jardim do Seridó, no sertão do Seridó, no Rio Grande do Norte. Visa perceber os desafios enfrentados pela população em seu cotidiano, as ideias que circulavam na cidade, os fatores políticos, religiosos e festivos atuantes no período de transição do Império para a República. Para tanto, serão utilizados como documentação principal para análise dois jornais de circulação no estado, nos quais alguns intelectuais jardinenses atuaram como cronistas, escrevendo correspondências, dentre eles: o jornal O Povo, publicado na Cidade do Príncipe, hoje Caicó, e o Jornal Gazeta de Natal, da capital do estado. Esses jornais tinham posições ideológicas díspares, sendo um Liberal, que também veiculava ideias republicanas, e outro Conservador; tais fontes possibilitarão o acesso a informações diversas sobre os contextos do Rio Grande do Norte, da região do Seridó e, principalmente, da Cidade do Jardim, recorte espacial de análise neste artigo.

Estes periódicos compõem o principal *corpus* documental a ser analisado, não como a revelação do que realmente aconteceu, mas como fragmentos de uma memória histórica. Além dos jornais, foram utilizadas outras fontes documentais: Relatórios dos Presidentes da Província do Rio Grande do Norte, Mensagens dos Governadores do Estado e Livro de Óbitos da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição. Para a análise dessas fontes, recorre-se à metodologia apontada por Jacques Le Goff, para o qual os documentos históricos são “[...] o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio” (LE GOFF, 1994, p. 547). Como “documentos-monumentos”, esses materiais não trazem o passado em si, mas têm possibilitado perceber os enunciados e práticas elaborados pela elite letrada para representar os espaços da Cidade do Jardim, como também para construir uma memória histórica do lugar, através do exercício da interrogação dos documentos.

O trabalho com as fontes consistiu em selecionar, recortar, isolar, organizá-las, enfim transformar esses documentos em monumentos, para, em seguida, serem analisados em um

itinerário narrativo, pois “[...] em história, tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em ‘documentos’ certos objetos distribuídos de outra maneira” (CERTEAU, 2002, p. 81). Nosso método de análise das fontes consiste em efetuar crítica ao lugar social, na concepção de Michel de Certeau, o qual define que é em função desse lugar que se “instauram os métodos, que se delinea uma topografia de interesses, que os documentos e as questões lhes serão propostas, se organizam” (Idem, p. 67). Os documentos aqui trabalhados são lidos pelos lugares de produção ao qual pertencem, ligados a grupos políticos opostos e cujas narrativas fazem reverberar as intencionalidades políticas a que estão vinculadas.

Portanto, é assim que são investigados os espaços da Cidade do Jardim no contexto de transição do Império para a República. Uma cidade constituída de vivências, apropriações, desejos e interesses diversos. Visa perceber como no espaço local a população se comportou diante das transformações pelas quais passava o país naquele contexto. Uma relação entre a história local e a história nacional, a qual possibilita contemplar outras dimensões históricas, além daquelas consolidadas pela historiografia tradicional, que privilegiam os espaços das grandes cidades¹. Assim, esta discussão se aproxima, de certa forma, do pensamento de Pierre Goubert, ao apontar a contribuição que a história local tem oferecido à historiografia. Para esse autor, “a prática cuidadosa da história local e a multiplicação de monografias sobre regiões específicas podem levar muito além; podem destruir muitas das concepções gerais anteriormente consolidadas” (GOUBERT, 1988, p. 75). O presente artigo não tem essa dimensão destruidora das concepções históricas consolidadas; visa, tão somente, articular a história local da Cidade do Jardim, no recorte temporal de 1889, com as discussões sobre o Império e a República no Brasil, pensando as relações espaciais estabelecidas nesse contexto². Tomando como recorte espacial de análise uma pequena cidade do sertão do Rio Grande do Norte, distante do centro do poder, serão discutidas as relações que os moradores dessa cidade estabeleceram no contexto das transformações republicanas que estavam se processando no país. Promove a inserção de novos grupos sociais no enredo histórico, lidando com as diferenças, as multiplicidades de comportamentos, o cotidiano de pessoas em um espaço

específico, particular, delimitado, mas mantendo relações com o contexto mais amplo, outros espaços, o estado, o país.

Espaços de secas

O ano de 1889 começava bastante desanimador para os habitantes da Cidade do Jardim. Passavam-se os meses de janeiro, fevereiro e março e os sinais de um bom inverno não se concretizavam. Segundo Muirakytan Kennedy de Macedo,

Dividindo o ano em dois momentos distintos, o sertanejo tinha - e ainda tem -o primeiro semestre como aquele que iria por a prova as predições feitas no ano anterior. O semestre seguinte prestava-se aos sentidos em estado de prontidão, perscrutando céu e terra, em busca de evidências empíricas, que alimentavam a esperança nas chuvas vindouras (MACÊDO, 2005, p. 90).

Observando a natureza, o sertanejo seridoense divide o ano em duas fases distintas: a de prova e a de prontidão. A primeira etapa seria marcada pela presença das chuvas (ou não), quando o sertanejo prepara a terra, cultiva a semente e pede ao santo das chuvas, São José³, por uma boa colheita, enquanto que a outra fase, denominada por Macedo como “prontidão”, é dedicada à observação e escuta constante da natureza, à procura de “bons sinais” que prenunciem se o ano será “bom” ou “ruim” de inverno, conforme a própria linguagem sertaneja, para distinguir os anos chuvosos dos não-chuvosos.

Em 1889, o calendário marcava o mês de março e os sinais de chuva não se pronunciavam, restando apelar para o dia de São José. Na Cidade do Jardim, o Padre Antônio José da Silva Pinto, pároco da localidade, inconformado com a situação de aflição pela qual passava a população, resolve convocar os seus fieis para realizar preces e procissão com a imagem de São José, visando a intercessão desse santo para um bom inverno. Segundo correspondência encaminhada para o jornal O Povo pelo cronista jardinense que adotou como pseudônimo Nimrod, em 29 de março dava-se notícia⁴ da situação vivenciada pela população e da festividade organizada pelo pároco:

A secca parece ter feito ablativo de viagem; pelo menos *si el in quantum*; vai-te ingrata! O Sahara que te abrigue *per omnia soecula soeculorum!* Para remoção deste flagello, e mediante solemne voto do nosso digno Parocho, tivemos à 25 festividade de véspera e dia consagrada ao Augusto Esposo *Reginae Angelorum*.

Foi assas concorrida, sendo orchestra dirigida pelo hábil maestro Cunha Lima.

Os fies Jardinenses corresponderão satisfatoriamente aos esforços do solícito e zeloso Vigario, o qual da cadeira da verdade externou seos dotes oratórios (O POVO, 1889, p. 03).

O citado cronista prossegue nos detalhes da programação organizada pelo Padre Pinto para solenizar o “santo das chuvas”. Os festejos, que contaram com uma grande participação popular, se caracterizaram como uma “penitência” para os fieis que buscavam a recompensa através de calorosas chuvas. Atendendo ao chamado do vigário, os católicos jardinenses procuraram com essa solenidade “depositar aos pés do Glorioso Patriarcha S. José tão pio quanto agradável óbulo” (CORRESPONDÊNCIA, 1889, p. 3). Segundo o cronista, “a procissão, chamada de penitencia, concluiu-se sob o mais vivo prazer *ex vi* da pancadaria do trovão que confundia-se com a do Cunha Lima. Cahirão, copiosas chuvas!” (Idem). Não imaginava o citado cronista o que aquele ano de 1889 estava a reservar, afinal não se tratava de uma informação apocalíptica. No entanto, a análise das crônicas jornalísticas dos meses seguintes põem em destaque uma série de dificuldades enfrentadas pela população.

Um correspondente local, denominado de Napoleão, escrevia, de maneira aflitiva: “Santo Deus! Além da peste a fome” (O POVO, 1889, p. 03). Essa situação não era exclusiva da Cidade do Jardim, mas compartilhada por outras localidades do interior do Estado. O Relatório do presidente da província, José Marcelino da Rosa e Silva, em 1888, já apontava que “durante o correr do anno apenas appareceram, na mudança da estação, no interior da província, alguns casos esporádicos de febres, que foram facilmente debellados” (FALLA, 1888, p. 03). Entretanto, apesar da não preocupação apontada pelo presidente da província de que os casos de febres no interior não reclamavam maior atenção, a administração pública, a Mensagem do seu sucessor, agora Presidente do Estado, e não mais Província, Adolpho

Affonso da Silva Gorgo, aponta para um quadro bastante complexo nos anos seguintes, onde “ao centro, onde muitas localidades não oferecem a mesma integridade higienica, achando-se estas, segundo criteriosas informações, sob a nociva influencia de diferentes entidades mórbidas, como varíola, sarampão, febres, etc” (MENSAGEM, 1890, p. 01). Como providência, o Inspetor de Higiene tem encaminhado diversos tubos de vacinas para as Intendências Municipais do interior (Idem, p. 01).

Na Cidade do Jardim, nos meses seguintes às festividades de São José, celebradas pelo Padre Pinto, a cidade vivenciou algumas calamidades provocadas pela seca que se configurou, gerando inúmeros flagelados, sobretudo para a população pobre do lugar. “Vamos mal – o estado sanitário periga e a fome levanta o grito de socorro” (O POVO, 1889, p. 03), escrevia o citado cronista na edição de sábado, 28 de dezembro de 1889, do jornal O Povo. Além da seca, parte da população sofreu vítima da febre, chamada pelos populares, de “peste”, que assolou na região, levando a óbito um número considerável de pessoas. Ressalta-se que o Padre José Antônio da Silva Pinto registrou, no Livro de Óbitos da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, a celebração de um total de 13 exéquias no mês de dezembro, sendo que, desse montante, 7 mortes apresentavam como causa a febre, número considerável, se comparado aos meses anteriores, quando morriam 1 ou 2 pessoas dessa doença (PARÓQUIA, 1889, p. 123).

Essa situação não passava despercebida pelos líderes liberais da cidade, que, servindo-se do jornal O Povo, aproveitavam o contexto para tecer suas críticas ao governo. “O povo, nú e crú na frase dos antigos, em seos reclames enternecedores supplica do patrioictico Governo – alimento roupa e remédios! Tresentas saccas com farinha de mandioca que esperão de Macau – não darão para nada” (O POVO, 1889, p. 03), reclamava o correspondente jardinense. As crônicas desse jornal foram tomadas pela sessão “necrologia”, anunciando a morte de muitos conterrâneos da Cidade do Jardim. Vejamos o contexto no mês de dezembro, em uma crônica denunciativa:

Despertado pelo campanário acabo de saber que fallecera hoje nesta cidade dois filhos do cidadão Marcolino de tal, sendo um deles casado com filhos,

victimas da febre, a qual segundo se diz e crê, vai se desenvolvendo sorrateiramente.

Em summa, para o cumulo da afflicção os socorros públicos mais nada, porem de desanimo e desespero, oportunamente acudirá o patriótico Governador; o povo estorce-se (O POVO, 1889, p. 04).

O quadro de aflição descrito pelo cronista aponta para um clima de instabilidade pelo qual passava a população, proveniente da seca, o qual clamava pelos “socorros públicos”, através da distribuição de alimentos e trabalho para a população flagelada. O quadro era bastante complexo e se agravava a cada mês, aumentando o número de famintos na cidade. O jornal “O Povo”, de oposição ao governo do Rio Grande do Norte, publicado na Cidade do Príncipe, hoje Caicó, dava notícia de centenas, a quantidade de flagelados, somente para a Cidade do Jardim, no mês de setembro. O referido semanário denunciava a situação dos famintos, ao mesmo tempo em que cobrava “socorros públicos” para amenizar a vida da população pobre. O jornal colocava em cena centenas de famintos, compondo um quadro de fome, miséria, mortes, doentes, a reclamar a atenção dos poderes públicos.

Esses socorros eram entregues a uma comissão local, geralmente ocupada por políticos aliados ao governo, que formavam frentes de trabalho com os flagelados, pagando-os com alimentos e pequenas quantias em dinheiro. O governador do estado, Adolpho Affonso da Silva Gorgo, em sua Mensagem à Assembléia Legislativa, faz uma crítica ao uso político dos socorros públicos efetuado no período imperial. Esse republicano, pronunciando-se sobre os seus antecessores, procede ao seguinte comentário: “fez-se do socorro publico um meio de arranjos eleitoraes; estabeleceram-se commissões em todos os pontos do Estado, formadas com amigos particulares do Governo” (RELATÓRIO, 1890, p. 11).

Francisco Ramos de Matos Maciel chama a atenção para a presença de comerciantes e dirigentes da Mesa de Rendas como responsáveis pelas verbas provinciais dos socorros públicos e dos consequentes disparates da administração e fiscalização da Província, com relação a utilização desses recursos na cidade de Mossoró (MACIEL, 2013, p. 71). Essa forma de trabalho pela esmola já vinha sendo realizada na Província do Rio Grande do Norte, desde a grande seca de 1877, conforme apontam os relatórios dos presidentes. A própria Cidade do

Jardim havia sido beneficiada com esse sistema de trabalho, possuindo o edifício de Câmara e Cadeia Pública, um açude para conservação da água e, também, reformas na Igreja Matriz (RELATÓRIO, 1880, p. 13), melhoramentos construídos com os recursos dos socorros públicos de 1880.

No entanto, na seca do ano de 1889, o jornal de oposição O Povo passa a criticar os recursos públicos, apontados pelos colunistas como minguados. Nesse ano, a comissão local reclamava o recebimento de apenas três “contos de réis”, o que não dava para socorrer as centenas de famintos que precisavam. Vejamos os questionamentos publicados pelo jornal:

O que pode a comissão encarregada dos serviços daquela cidade fazer com tão insignificante quantia?

Não será falta de humanidade reunir de novo os indigentes dispersos para dentro de 12 a 15 dias mandal-os embora, augmentando as causas de desanimo da população pobre?

Para que essas mesquinhas rações, quando se trata de socorrer a tantas centenas de míseros famintos?

Era melhor deixal-os morrer de uma vez, do que os estar matando aos poucos (O POVO, 1889, p. 2).

O jornal põe em destaque a situação de mazela pela qual passava a população jardinense, com centenas de famintos espalhados pelos espaços do município. A Cidade do Jardim consistia numa localidade que havia conquistado sua emancipação política em 1858, ganhando status de cidade em 1874 (AZEVEDO, 1989, p. 49). No recorte temporal escolhido, a Cidade do Jardim tinha uma área geográfica bastante extensa, cujos limites se estendiam até o Estado da Paraíba, apresentando como circunscrição territorial os seguintes limites: Ao norte com Acary e Flores (hoje Florânia), ao leste com Pedra Lavrada, na Paraíba, ao sul com São João do Cariry e Santa Luzia do Sabugi e a oeste com Caicó e Serra Negra do Norte (ALMANAK, 1903, p. 1463). O território possuía, além da sede, as povoações de Parelhas, Espírito Santo (atual Município de Ouro Branco), Periquito (atual município de Equador). Segundo o Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro,

A cidade do Jardim assenta em uma pequena planície situada na bifurcação dos rios Seridó e Cobra, no ponto em que este passa a ser afluente daquelle; ella é banhada por ambos, sendo por aquelle ao sul, e por este ao norte. Uma espessa matta de coqueiros, marginando os rios desde o ponto de sua bifurcação, forma um ângulo obtuso de raios verdejantes, em cujo centro se eleva com aspecto magestoso a pequena e elegante cidade do Jardim. Todo viajante que ahi chega sempre manifesta a sua sympathia, não só pelo attraente aspecto da localidade, mas pelo povo afável e hospitaleiro (ALMANAK, 1903, p. 1463).

Por volta de 1889, a cidade contava com umas 200 casas, em geral “bem construídas e conservadas com asseio caprichoso” (IDEM, p. 1463), com destaque para a Igreja Matriz, o grande sobrado do Padre Francisco Justino Pereira de Brito (já falecido), a Casa de Câmara e Cadeia Pública, o mercado, onde tem lugar, aos sábados, a feira, “considerada a melhor da zona sertaneja e constituída em grande parte por mercadorias dos brejos do visinho Estado da Parayba” (MENSAGEM, 1896, p. 96). A feira da Cidade do Jardim foi palco de diversos acontecimentos, alguns sediciosos. Em 05 de dezembro de 1875, os moradores Manoel Marcolino de Medeiros, Manoel Pereira da Nobrega, Alexandre Manoel e outras pessoas, “destruiu ahi os pesos e medidas do novo systema” (O CONSERVADOR, 1875, p. 01). Esse movimento é denominado pela historiografia como “quebra-quilo”. Para Matheus Silveira Guimaraes, “apesar de ter-se iniciado na pequena vila de Fagundes, próximo a Campina Grande, o movimento logo se espalhou por outras vilas e cidades, a ponto de atingir até outras províncias, como: Pernambuco, Alagoas e Rio Grande do Norte⁵” (GUIMARÃES, 2011, p. 30). Constituiu uma revolta relacionada ao estabelecimento do sistema métrico decimal francês, em substituição aos antigos pesos e medidas utilizados nas transações comerciais.

No aspecto econômico, cultivavam-se cereais, cana de açúcar, manipeba (mandioca) e, principalmente, algodão, como principal produto de exportação, secundando pela comercialização de queijos, carne seca e couros. No relatório do Governador Dr. Joaquim Ferreira Chaves Filho, do ano de 1896, “a cidade do Jardim é um dos povoados mais commerciaes do centro do Estado e é cortada pelas grandes estradas que vêm do alto sertão para os Estados da Parayba e Pernambuco” (MENSAGEM, 1896, s/p.). O destaque para a

existência dessa estrada de rodagem não é em vão, pois, nessa época, eram muito raras as vias de deslocamento no interior do estado. O historiador Raimundo Arrais aponta que, até o início do século XX, um dos fatos que despertavam a atenção dos estudiosos da Geografia e da Política do Rio Grande do Norte era o isolamento da cidade do Natal em relação ao espaço que, na condição de capital, deveria subordinar. O isolamento de Natal estava relacionado às condições físicas, localizada próxima das cadeias de dunas, tabuleiros arenosos e rios. Deixar a capital em direção ao interior era um problema, devido à falta de estradas, pois o estado continuou até o início do século XX cortado praticamente por caminhos de carro de boi e a era ferroviária foi curta e penosa, ligando Natal à cidade de Nova Cruz, Ceará-Mirim, também atingindo Lajes, no sertão central (ARRAIS, 2006, p. 121). Portanto, a existência da antiga estrada de gado e cavalariço, cortando a Cidade do Jardim, possibilitava a esta localidade manter laços comerciais com os estados da Paraíba e Pernambuco, principais centros de comércio e deslocamento dos jardinenses, até a segunda década do século XX (GOIS, 2013, p. 40).

A população, pelo recenseamento geral do Brasil, efetuado em 1872, era contabilizada para a Paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Azevedo do Jardim, a soma de 7. 678 pessoas (QUADRO, 1872, p. 15), sendo 3. 931 homens e 3. 447 mulheres, total que incluía os moradores urbanos, os das povoações e, sobretudo, os moradores dos sítios e fazendas. Com relação à instrução, esse censo aponta que apenas 1. 033 sabem ler e escrever e 6. 645 são analfabetos. A população em idade escolar de 6 a 15 anos era de 1. 753; porém, somente 91 frequentavam escolas e 1.662 não estavam frequentando (Idem).

O censo apontou ainda as profissões existentes no município, distribuindo o contingente de trabalhadores entre as profissões liberais, industriais, comércio, manuais e mecânicas e agrícolas. Entre os profissionais liberais, existiam: 1 padre secular, 3 advogados, 1 escrivão, 1 oficial de justiça, 1 parteira, 5 professores, 6 artistas. Os profissionais de comércio e indústrias foram classificados: 10 manufactureiros, 15 comerciantes e 292 costureiras, enquanto que os profissionais manuais e mecânicos, eram: 21 trabalhadores em metais, 112 em madeira, 22 em edificações, 9 em vestuários e 22 de calçados. Profissionais agrícolas: 1.889

eram lavradores e 466 jornaleiros. Restam ainda os serviços domésticos, envolvendo 775 trabalhadores. 4. 021 foram classificados sem profissão (QUADRO, 1872, p. 15).

Os dados apontam para um número considerável de trabalhadores agrícolas, o qual possibilita perceber que, nessa época, a grande maioria da população residia no espaço rural, embora o censo não tenha efetuado essa separação domiciliar. O urbano era visitado por esses trabalhadores em ocasiões especiais, como: dias de feira, dias de sepultamentos, de festa e solenidades religiosas. E por falar em igreja, o censo relatou que todos os habitantes da localidade professavam a crença católica, existindo na cidade a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, sede da Paróquia, e mais duas capelas filiais nas povoações de Periquito e Parelhas. Atuava como vigário o Padre José Antônio da Silva Pinto, conhecido como Padre Pinto, natural de Cajazeiras, no Estado da Paraíba, exercendo forte atuação junto aos jardinenses⁶.

Espaços religiosos

Mesmo diante da grave situação pela qual passava a população, proveniente da seca, o Padre Pinto iniciou no mês de julho a construção de uma nova igreja na sede do município, em homenagem ao “Santíssimo Coração de Jesus”, cuja imagem era venerada na Igreja Matriz (O POVO, 1889, p. 03), conforme escreveu um cronista para o jornal O Povo. Segundo esse cronista, contemporâneo da construção da capela, a iniciativa de edificação de um novo templo na Cidade do Jardim era bastante antiga, sendo “iniciada e acariciada essa grandiosa idéia religiosa pelo ex-vigário da Freguesia, Francisco Justino Pereira de Brito, de saudosa memória” (Idem).

O que, antes, era apenas uma ideia do antigo vigário da Freguesia, começava a se tornar realidade no ano de 1889, através da iniciativa do Padre Pinto, “auxiliado por todos os seus Parochianos, sobresahindo d’entre estes o esforçado Ten. Cel. José Thomaz e o Juiz de Direito Manoel José Fernandes”, conforme matéria d’O Povo, de 14 de julho de 1889. O jornal registrou a solenidade de bênção da pedra fundamental da construção da então capela, no Alto da Boa Vista.

A bênção foi realizada no dia da Festa de Pentecostes e foi antecipada por uma grande procissão com a imagem do Coração de Jesus, o que contou com a participação de mais de duas mil pessoas. O jornal noticiou que foi uma grande festa na cidade, “houve uma verdadeira festa religiosa, e para maior realce e esplendor do acto quando subirão ao ar os foguetes, descião ao mesmo tempo grossos pingos de chuva” (O POVO, 1889, p. 03). A presença de chuva no ato religioso foi acolhida com grande regozijo pela população, pois o ano era de seca, o que vinha causando flagelo e muita pobreza. Importante perceber que o espaço do Rio Grande do Norte tem apresentando um quadro constante de secas, no recorte temporal que vai do final do século XIX a início do século XX. Em especial, podemos destacar a grande seca de 1877, estudada por Francisco Ramon de Matos Maciel, em referência ao contexto da cidade de Mossoró (MACIEL, 2013, p. 16).

No entanto, apesar da crise pela qual passava a região com a presença da seca no ano de 1889, prolongando-se por vários anos, bem como a epidemia de febre, que assolava a região, inclusive causando diversas mortes, a população da Cidade do Jardim observava, na construção do templo, uma “obra d’incontestavel utilidade publica” (O POVO, 1889, p. 03). No período imperial, a Igreja e o Estado caminhavam juntos, através dos laços do Padroado Régio, que, segundo Patrícia Carla de Melo Martins, mantinha a ordem política do Estado Monárquico brasileiro, inclusive no apogeu do Império (MARTINS, 2011, p. 2). Por esse dispositivo, muitas ações religiosas, como o pagamento do clero e a construção de templos, eram realizadas com o apoio do poder imperial.

Os fiéis jardinenses, empenhados na construção da capela do Coração de Jesus, utilizavam “os minguados recursos dos fiéis, que, não obstante a crise, não teem poupado esforços e sacrifícios para consecução do religioso fim; mas tudo será pouco se o nosso governo não os auxiliar com o trabalho dos flagellados assalariados” (O POVO, 1889, p. 03). A esperança dos responsáveis pela obra, com destaque para o Cel. José Thomaz, adepto ao republicanismo, mas católico praticante, consistia na utilização da mão de obra dos flagelados da seca, que recebiam verbas do governo e atuavam como trabalhadores na construção do novo templo. Essa discussão se aproxima do que o historiador Jeovah Lucas da Silva chamou

de “riqueza do trabalho retirante” (SILVA, 2003, p. 115), ao estudar o embelezamento da província do Ceará nas secas de 1877-79. O trabalho dos retirantes das secas tem sido estudado também por Frederico de Castro Neves, que argumenta que essa mão de obra será um dos elementos de transformação da vida urbana, os chamados “melhoramentos da seca”, que se caracterizava como um “trabalho regular, disciplinado, árduo e mal remunerado” (NEVES, 2000, p. 95). Essas práticas não foram acontecimentos isolados do Ceará; no Rio Grande do Norte, existem trabalhos sobre a cidade do Natal (FERREIRA, 2006, p. 50), Mossoró (MACIEL, 2013, p. 16) e na Cidade do Jardim, com a edificação da capela do Coração de Jesus, onde os socorros públicos serão associados à edificação do referido templo.

O próprio jornal liberal O Povo apontava em suas crônicas os passos da construção da obra, que, segundo o jornal, consistia na “elegante capella do Coração de Jezus”, apontando como:

uma obra publica de aperfeiçoado gosto; figura, segundo o juízo insuspeito dos que a visitam, quando acabada, no numero das primeiras igrejas de nosso Estado! Ao cidadão ten. Cl. José Thomas cabem louvores pela boa, regular, e solicita administração do serviço da dita capella! Parabéns! (O POVO, 1889, p. 03).

O que o cronista faz revelar é o trabalho do administrador dos serviços, o Coronel José Thomaz de Aquino Pereira; no entanto, o árduo trabalho dos operários da obra, retirantes da seca, é ocultado por esses discursos oficiais, produzidos pela elite letrada e a serviço dos detentores de poder. Como aponta Jeovah Lucas Silva, a “possibilidade de vermos os retirantes positivamente só é exequível se invertermos o objeto do discurso, pois as elites pretendiam ocultar a riqueza do seu trabalho expondo a sua miséria” (SILVA, 2003, p. 114). O próprio jornal O Povo, em várias edições, faz revelar centenas de famintos, portadores das mazelas sociais, a mendigar trabalho e alimentos pelas ruas da Cidade do Jardim, mas quando se trata das obras públicas por eles edificadas, silenciam as ações, em nome dos administradores dos serviços. Portanto, o trabalho retirante foi fundamental na construção do novo templo religioso, a capela do Coração de Jesus, pois, sem poderem trabalhar a terra, castigada pela

seca, esses trabalhadores encontraram nos socorros públicos um meio de sobrevivência. Frederico de Castro Neves, conclui, ao analisar o trabalho dos retirantes no Ceará, que era uma “mão-de-obra pouco qualificada, mas submissa e disponível para qualquer tarefa” (NEVES, 2000, p. 52), seja como carregadores de pedras, serventes de pedreiros, pedreiros. Foram essenciais nas obras públicas executadas em diversas cidades, exercendo uma “função moralizante explícita”, como analisa o referido historiador, “contribuindo com o esforço de seu trabalho para com a sociedade que lhe sustenta neste momento de crise” (Idem).

A imagem fotográfica abaixo possibilita perceber as dimensões arquitetônicas e da beleza estética da então Capela do Coração de Jesus, da Cidade do Jardim, após a conclusão dos trabalhos:



Foto 01: Capela do Coração de Jesus
Ano: S/d.

Essa igreja é apontada pelos cronistas do jornal O Povo como uma obra de arquitetura elegante, que figurava entre as principais igrejas da região, “incontestavelmente a mais elegante, senão da Província, ao menos do centro, pela posição topográfica” (O POVO, 1889, p. 03). A escolha do antigo Alto da Boa Vista, como ponto estratégico para a edificação do espaço religioso, tornava a capela do Coração de Jesus um ponto de destaque entre as demais igrejas da província. De qualquer ponto da localidade e até de alguns quilômetros de distância, era possível observar a arquitetura do templo, sendo “uma igreja de construção elegante e que

dá honra ao briozo povo d'aquella Cidade”, apontou um visitante em nota ao jornal O Povo, em novembro de 1891.

Esteve à frente da administração dos serviços o Coronel José Thomaz d'Aquino Pereira, que, em 1888, solicitou ao Bispo de Olinda licença “a fim de ser com a benévola aprovação de V. Ex^a. Revmo. realizado esse projecto d'iniciativa religiosa, comprometendo-se, como se compromete o impetrante por se doar o patrimônio canônico da dita Capella, e promover os meios indispensáveis a conceição de tão pio e elevado projecto” (AZEVEDO, 1989, p. 39). Como se observa nessa solicitação, o Cel. José Thomaz assumiu o compromisso perante o Bispo de Olinda de conseguir os recursos financeiros necessários à edificação do templo, promovendo campanha entre os moradores da localidade para a realização da obra e solicitando do governo a mão de obra dos flagelados.

A construção do templo foi se prolongando com o passar dos anos e em meio a diversos acontecimentos que certamente interferiram na sua concretização⁷. Além da seca que se alastrou durante todo o ano de 1889 e seguintes, vieram as campanhas políticas, dividindo a elite política local, envolta em torno dos seus candidatos. Tratava-se das eleições para Deputado Provincial, fato que provocou uma divisão na cidade entre os membros do partido conservador, liderados por Felinto Elycio de Oliveira Azevedo⁸, que atuava como Promotor Público da cidade, e os liberais, como: Tenente-Coronel José Thomaz de Aquino Pereira⁹, Dr. Manuel Augusto de Medeiros¹⁰, dentre outros.

Espaços políticos

Os espaços políticos, no contexto do Rio Grande do Norte, estavam bastante divididos no ano de 1889, em decorrência da disputa eleitoral que se aproximava. Segundo Muirakytan Kennedy de Macêdo, “em meados do século XIX, a política provincial aos poucos se atrelou à dinâmica partidária do Império, ao delinear oposições já com sotaque partidário” (MACÊDO, 2005, p. 126). José Antônio Spinelli chama atenção para o fracionamento em que se encontravam os partidos monárquicos. Para esse autor, o Partido Conversador estava fraturado em duas facções: a Botica e a Gameleira, enquanto que o Partido Liberal, que

dominava politicamente a região do Seridó (SPINELLI, 2010, p. 34), vivenciava uma cisão entre Amaro Bezerra e José Bernardo. O clima da disputa eleitoral no contexto do Rio Grande do Norte é caracterizado por Macêdo como de “divergências inconciliáveis” (Idem, p. 129). O desentendimento político não ficou restrito ao espaço da capital, mas foi deslocado também para o interior.

Na Cidade do Jardim, o clima político estava bastante tenso no ano de 1889, devido à campanha política para Deputado Provincial que se achegava. Os conflitos envolvendo os dois grupos políticos locais ganhavam destaque na imprensa regional. Os Liberais, Dr. Medeiros e José Thomaz, publicavam suas denúncias no jornal O Povo, da vizinha Cidade do Príncipe (hoje Caicó), enquanto que os Conservadores, liderados pelo Coronel Felinto Elysio, serviam-se do jornal Gazeta de Natal para as suas acusações, apontando para um contexto de rivalidade entre os políticos daquela cidade. Ameaças recíprocas são publicadas nesses noticiários. Uma digladição de conterrâneos.

Já no mês de junho, a Cidade do Jardim ganhava destaque na imprensa, através de diversos aspectos relacionados ao cotidiano, como: a construção da Igreja do Coração de Jesus, a seca, o flagelo, a febre e, sobretudo, os conflitos políticos, envolvendo: médico, Promotor Público, delegado de polícia, soldados e alguns populares, denunciando os interesses pelo poder local e clima de instabilidade, motivada pelo pleito eleitoral. Os conflitos, que não eram novos, ganhavam outras configurações por volta das 7 horas da noite do dia 4 de maio, em frente ao Quartel de Polícia, quando da prisão da pessoa de Manoel Antônio, popularmente conhecido como Manoel da Cega. Para o Dr. Manoel Augusto, político de oposição, o “infeliz” Manoel da Cega era um “cidadão pacífico e de conducta exemplar!”. Conhecido por essas qualidades pela população que “attestará que elle é incapaz de *ameaçar e de provocar* a mais desprezível criatura” (O POVO, 1889, p. 03).

No entanto, Manoel Antônio acabou se envolvendo em uma confusão da qual foram protagonistas: o cabo do destacamento, o delegado de Polícia, João Severiano da Silva, e os soldados Luiz Ricarte e Manoel Pinto. Os motivos da prisão variam entre as versões apresentadas pelo Dr. Medeiros, e as de Felinto Elísio (Promotor Público) e o Delegado. Para

o Delegado, o mesmo autorizou a prisão do indivíduo Manoel da Cega “por ameaças e provocações a elle dirigidas, pelo simples facto de haver o referido cabo obstado que aquelle e outro individuo continuassem n’uma *brincadeira* de sôcos e empurrões, que poderia acarrectar algum conflito” (GAZETA, 1889, p. 03). Já para o Dr. Medeiros, a prisão de Manoel Antônio, bem como o seu espancamento, era um crime que deveria ser denunciado e envolvia os interesses do destacamento local e do próprio chefe do partido conservador, o Promotor Público Felinto Elysio. Para ele, “o cabo Juvencio, malgrado em seus intentos libidinosos por indiscripção do infeliz Manoel Antonio, jurou vigar-se, e, de commum accordo com S. S., realizou o seu dezideratum” (O POVO, 1889, p. 03).

Na noite do acontecido, o Dr. Medeiros, acompanhado do Tenente-Coronel José Thomaz, foram até o Quartel de Polícia, tomar satisfação com a guarnição, protestando com os soldados de plantão, sobre o que estava acontecendo. A população das proximidades da Cadeia Pública começava a se aglomerar, dando início a um tumulto que chamava a atenção dos transeuntes. Por volta das 7 horas da noite, já era grande o movimento e o vozerio do povo. O próprio Dr. Medeiros fazia questão de gritar para a população o crime de espancamento contra a pessoa do preso Manoel Antônio, por parte dos cabos de destacamento. Embora o laudo de corpo de delito, realizado no dia seguinte, apresentasse pequenos ferimentos, o próprio Promotor Público, Felinto Elísio, reconheceu, em nota enviada ao jornal Gazeta do Natal, que “effectivamente os soldados haviam dado algumas pranchadas no referido individuo, procedimento de certo condemnavel, que ninguém aprovou e nem aprova, como por vezes fiz sentir ao Sr. Dr. Medeiros, assegurando-lhe, ao mesmo tempo, que no dia seguinte a autoridade cumpriria o seu dever” (GAZETA, 1889, p. 03).

Visando acalmar a algazarra que se passava no pátio da Cadeia Pública, dirigem-se ao local o delegado e o Promotor Público, encontrando um volumoso tumulto, que atraía a atenção dos populares. Para o delegado, “isto sérvio de pretexto ao Sr. Dr. Medeiros para atirar-se furioso contra mim, secundado pelo Sr. Tenente - coronel José Thomaz, em satisfação ao rancoroso ódio que me votam, procurando com visível propósito desmoralizar-

me como autoridade policial perante uma população” (GAZETA, 1889, p. 03). O Promotor, espantado com o número de pessoas reunidas em frente à cadeia, informou à imprensa que a população “iam chegando pouco a pouco, attrahidas pelo grande *vulcão*, que, de chapeo na mão, *altercava em altas vozes com o cabo do destacamento, e gritava como um louco contra a autoridade policial*, e a situação política dominante!” (Idem).

O Promotor Felinto Elycio procurava enquadrar as ações do Dr. Medeiros em defesa do preso a partir da posição política, como líder do Partido Liberal, que nessa época, estava na oposição. Em sua crônica se destaca a crítica realizada pelo Dr. Medeiros em frente à Cadeia Publica sobre “a situação política dominante”, da qual faziam parte o Promotor e do Delegado, ligados ao Partido Conservador. Tanto para o Promotor quanto para o Delegado, o que estava por trás das ações do Dr. Medeiros era a tentativa de desmoralizar os representantes do Partido Conservador na cidade. Em termos provocantes e sarcásticos, Felinto Elísio publicou nota à imprensa estadual, apontando para os interesses políticos no fatídico episódio. Vejamos:

Eu não tinha que dar satisfações n’aquella occasião ao Sr. Dr. Medeiros, que ali appareceu enfurecido (já depois do facto consummado), como quem aguardava a primeira opportunidade para aggre-dir e accusar ao delegado de policia, a quem vota hoje grande rancor, esposando *calculadamente* ódios alheios, para ser agradável a *alguém*, e tornar-se mais tarde um homem *necessário n’esta desditosa* cidade, que suporta resignada todos os *exploradores*, que aqui chegam! (GAZETA, 1889, p. 03).

O Promotor Público e também chefe do Partido Conservador qualifica o Dr. Medeiros como um sujeito de fora, que foi morar na Cidade do Jardim para explorar a população com as cobranças pelas consultas e que estava a serviço dos liberais, obstruindo a tranquilidade pública, que “insultava e gritava com todas as forças de seus pulmões!” (GAZETA, 1889, p. 03). Louco, cínico, enfurecido, rancoroso, odioso, excitador de ações de represália, alucinado, insultador, são alguns dos adjetivos pejorativos elencados pelo referido Promotor para definir as ações do Dr. Medeiros; esse, não se fazendo de calado, também ocupava as colunas da

imprensa para destacar o espancamento em Manoel da Cega e outras arbitrariedades praticadas na cidade.

Com o título de Ligeira Resposta, a edição de número 16 do jornal O Povo, publicado no dia 22 de junho de 1889, apresentava aos seus leitores uma robusta crônica, que ocupou parte das páginas 03 e 04, elaborada por Dr. Medeiros, em resposta ao Promotor Público. Sobre a acusação de “explorador”, o médico informou que vive “modesta e licitamente da minha profissão” (O POVO, 1889, p. 03). A definição do lugar social como argumento principal para a sua atividade clínica foi estratégica para o Dr. Medeiros compor a sua crônica, elegendo como crítica contundente ao seu desafeto que exercia o cargo de Promotor de Justiça, por nomeação. Para o médico, “seria ainda eu um *explorador* si, não tendo um titulo eu me recommendasse no foro criminal, promovesse a aquisição de um lugar importante na administração da justiça, infelizmente isso foi praticado pelo *illustre articulista* que, preterindo direitos alheios, exerceo e continua a exercer aqui, embora por poucos dias, o logar de Promotor da Justiça publica” (Idem).

Com relação ao cerne das denúncias, a prisão e o espancamento de Manoel da Cega, o Dr. Medeiros apresenta a sua versão dos acontecimentos, qualificando de crime policial, cometido com o apoio do Promotor. Vejamos:

Referindo-se ao triste acontecimento que teve logar nesta Cidade no dia 4 do mez de Maio, o Sr. Filinto procurou justificar o seu reprovado procedimento, limitando-se a dizer que *não tinha que me dar satisfações*.

Fecundíssimo em represálias como é o *illustre articulista*, e querendo convencer aos imbecis de que as suas expressões tinham o cunho de verdade, não trepidou em dizer cynica e ousadamente que eu estava em estado de *loucura*, e que *esposara calculadamente ódios alheios para ser agradável a alguém!!* Felizmente o publico desta Cidade me conhece, e conhece também ao *illustre articulista*: ninguém dirá que eu exigi que S.S viesse dar-me satisfações com relação a attitude tomada por S.S no crime policial, perpetrado na pessoa do infeliz Manoel Antônio (vulgo Manoel da Cega) residente nesta Cidade. Era ao publico eu tinha S.S de dar satisfações do seu procedimento, faltando, como faltou, ao cumprimento do seu dever, negando-se distribuir justiça no caracter de auctoridade (O POVO, 1889, p.03).

Nesse fragmento da crônica, é visível a tentativa de desqualificar a atuação do Promotor de Justiça, envolvendo questões políticas. O autor conclamava o representante da justiça a prestar esclarecimento à população acerca das pancadas proferidas pelos soldados de polícia contra a pessoa de Manoel da Cega, pois desde a hora em que este foi preso, o médico procurava explicações. Para a felicidade de Dr. Medeiros, bem como dos demais membros do Partido Liberal, os dias de atuação do Promotor e do Delegado estava contados.

Tanto que, no dia 16 de junho, os liberais da Cidade do Jardim comemoraram o fim do governo conservador e a chegada do Partido Liberal ao poder na Província do Rio Grande do Norte. À noite, liderados pelo Cel. José Thomaz, promoveram baile, “depois d’uma passeiata nas ruas desta Cidade em rigosijo d’assenção do partido liberal, na qual erguerão entusiasticos vivas ao eminente Estadista – Visconde de Ouro-Preto à seus companheiros e aos chefes liberaes” (O POVO, 1889, p. 03). O baile aconteceu no sobrado do anfitrião dos liberais e durou até 1 hora da madrugada. Conforme matéria do citado jornal, “foi uma festa de prazeres e harmonia entre todos, tendo o bello sexo exhibido-se com toda elegância. Houve grande concorrência, notando eu entre os presentes conhecidos, conservadores d’hontem!” (Idem). A festa foi organizada para comemorar a saída do Presidente da Província Dr. José Marcelino da Rosa e Silva, visto pelos liberais como o “governo dos loyos”, ou seja, “Ignorante, basbaque, leigo em qualquer assunto”, sobretudo, relacionado aos socorros públicos diante da seca, pelo olhar dos liberais. O cronista do jornal O Povo, não perdendo a oportunidade de fazer críticas à oposição, faz questão de registrar a presença dos “conservadores d’hontem”, apontando para o número de adeptos e contribuindo para o acirramento da disputa política que se concretizava na cidade.

Os liberais jardinenses estavam em festa com a elevação do seu partido ao comando da Província, enquanto os conservadores amargavam a derrota. Alegrias e tristezas caracterizam as mudanças políticas entre os chefes dos partidos na cidade. Publica um cronista:

Por cá tem havido alegrões e tristezas, isto é, figuras que subiram, outras que desceram; nada, bem disse um avizado: “como um dia atrás do outro”.

Consta já haver gente *arrumando a trouxa*, bem disse o Cap. Felinto – “quem solta ventos, colhe tempestades!!” (O POVO, 1889, p. 03).

Os liberais comemoravam a saída dos conservadores do poder, pois significa a possibilidade de demissões dos seus desafetos e nomeação dos seus aliados nos cargos públicos existentes na cidade. E essas demissões não tardaram em ser publicadas. Já na edição de 20 de julho de 1889 do jornal Gazeta do Natal, circulava a notícia da exoneração de Felinto Elísio de Oliveira Azevedo do cargo de Promotor de Justiça da Comarca da Cidade do Jardim e nomeação de Manoel Dantas, como substituto. Porém, prossegue a matéria, “o tenente coronel José Thomaz, *donatário* do Jardim, revoltando-se contra esse acto, montou a cavalo, veio à capital e impôz a demissão do sr. Manoel Dantas, fazendo-o substituir pelo velho bacharel Aprigio Brandão” (GAZETA, 1889, p. 01). O governo do vice-presidente Antônio Basílio iniciava com movimentação na Cidade do Jardim, “figuras que subiram, outras que desceram”, ganhando força a atuação dos liberais, nomeando seus aliados nos cargos públicos, motivando rivalidade dos conservadores, agora na oposição.

Essas rivalidades marcaram o tom da campanha eleitoral de 09 de novembro, concretizando uma disputa acirrada de votos entre os jardinenses. Tratava-se das eleições gerais, tendo como candidato Dr. Miguel de Castro, pelo Partido Conservador e Dr. Amaro Bezerra, do Liberal. Veiculados pela imprensa, a troca de acusação, denúncias de compra de voto, desvio de socorros públicos, marcou o processo político.

Na edição do sábado, dia 24 de agosto, o jornal O Povo apresentava, com o título de “Miseria”, uma denúncia contra os representantes do Partido Conservador na Cidade do Jardim, que tinha como lideranças o capitão Felinto Elísio e José Barbosa Cordeiro. Sem apresentar autoria, mas se colocando como jornalista, a crônica iniciava afirmando ter o “direito e o dever de condenar o vício, de combater o mal, de fustigar-o e fazel-o envergonhar-se”. Após essa apresentação de idoneidade, o cronista começa a disparar a denúncia:

Os conservadores do Jardim em sua maioria, senão totalidade, pozeram em leilão seus votos, o que equivale a dizer tentaram mercadejar suas cõscias, sua dignidade, sua liberdade, sua honra, sua probidade, sua vida enfim, que

personifica todas essas qualidades que constituem moralmente o homem. [...] agora ouçam, pasmem e não escandalizem-se: os conservadores do Jardim representados na pessoas de um de seus chefes ofereceram a votação de que dispõem ao Sr. Dr. Amaro Bizerra a troca de dinheiro ou farinha! (O POVO, 1889, p. 03).

São denúncias extremamente graves, que chegavam ao público leitor, em plena efervescência do processo eleitoral, dando conta da troca de votos por farinha ou dinheiro. A falta de prova da alarmante denúncia levou o jornal O Povo a “Retificação” da informação, na edição de 21 de setembro, “hoje, porém, depois de termos syndicado o procedimento dos conservadores da cidade do Jardim, chegamos ao conhecimento de que nada de verdadeiro havia na informação que nos foi dada” (Idem, p. 01).

O clima político na região do Seridó era bastante inflamado; o próprio jornal O Povo, de forma jocosa, publicava algumas sátiras nesse sentido. Com o título de “O Tempo”, os autores do jornal comparavam a climatologia com o calor da campanha política, informando que “o termometro cent. marcou à sombra, durante esta semana, a seguinte temperatura: 28°, 3. É de esperar que, com esse baixamento de temperatura entre nós, diminua a exaltação dos que pretendem perturbar o pleito eleitoral que se vae travar” (O POVO, 1889, p. 03). Mas, o clima de disputa continua ganhando destaque na imprensa. Os líderes políticos locais procuram encontrar espaço para as suas denúncias, que se tornavam corriqueiras, no processo eleitoral.

Conto de réis – ainda não nos disseram cousa alguma sobre o conto de réis que denunciámos ter a comissão de soccorros desta Cidade remettido para a eleição de 9 do passado para a Cidade do Jardim.

Esperamos, como representantes do povo, que a comissão prove o contrario do que dissemos.

Ao contrario daremos provas em que firmarmos a nossa denuncia (O POVO, 1889, p. 02).

Se essas denúncias procediam, não há meios de afirmar, mas contribuíam para agitar o processo eleitoral, despertando a efervescência das paixões políticas. O resultado do escrutínio foi bastante concorrido no colégio eleitoral da Cidade do Jardim, sendo 88 votos para Dr.

Miguel e 83 para Dr. Amaro. Esses números possibilitam perceber uma campanha bastante equilibrada, em termos de conquista de votos entre os liberais e os conservadores, diferente do que aconteceu em outras cidades, que apresentaram diferenças numéricas consideráveis. Nas vizinhas cidades de Acary e Príncipe, por exemplo, a disparidade foi bastante expressiva, sendo 92 e 113 para Dr. Miguel e 24 e 20 para Dr. Amaro, respectivamente nas duas cidades. Porém, o número de eleitores que comparecem para sufragar os votos é bastante inexpressivo, o que demonstra pouca participação política da população naquele contexto. A própria legislação limitava a participação popular nas campanhas eleitorais. José Murilo de Carvalho informa que, em 1881, a Câmara dos Deputados aprovou uma lei que modificava o sistema eleitoral. Para esse autor, “a lei passava para 200 mil-réis a exigência de renda, proibia o voto dos analfabetos e tornava o voto facultativo. A lei foi aprovada por uma Câmara unanimemente liberal, em que não havia um só deputado conservador” (CARVALHO, 2002, p. 38).

José Murilo de Carvalho, ao analisar o contexto da transição do Império para a República no Rio de Janeiro, observa que a apatia dos cidadãos em relação à vida política do país, “trata-se da concepção e da prática da cidadania entre nós, em especial entre o povo. Trata-se do problema do relacionamento entre o cidadão e o Estado, o cidadão e o sistema político e a própria atividade política” (CARVALHO, 1987, p. 10). Se na capital do Império era essa a situação dos cidadãos diante da política, quanto mais no resto do país. No entanto, esse autor aponta que estes “cidadãos inativos” revelavam-se de grandes iniciativas e decisão em outras ocasiões como as “organizações e festas de natureza não-política” (Idem, p.141), em especial as de natureza sócio-religiosa, mobilizando inúmeras pessoas.

Guardando as devidas diferenças espaciais e populacionais, o ano de 1889, na Cidade do Jardim, ainda apresentou outros acontecimentos que serviram de notícia para a imprensa jornalística. Passado o processo eleitoral e ainda permanecendo as cicatrizes da disputa, era hora de celebrar a festa da padroeira Nossa Senhora da Conceição, no mês de dezembro. O Padre Pinto organizou os festejos, contando com uma grade de programação.

Funcionaram na festividade, três illustres cidadãos levitas – Rafael, Salvino, “pesando juntos seus 129 janeiros, *ambo florentes octatibus*”, e o jovem Silva Pinta, commissario da Freguesia; cabendo-lhes em partilha – ao 1º cantar as missas solenes; ao 2º idem, as epistolas, e ao 3º idem, os Evangelhos com acumulação dos sermos.

Satisfactoriamente executaram-se os nobres mandatos, ferindo cada um com afinada audição os signos da musica desde o DO maior ao RE menor! (O POVO, 1889, p. 03).

As festividades duraram vários dias, finalizando no dia 8 de dezembro, sempre com programação religiosa na Igreja Matriz e social na praça pública. Segundo um cronista, a festa foi marcada de êxito, “que, confrontada com a crise opressora, impõe a história contemporanea o dever de se registrar” (Idem).

Em meio às festividades religiosas, “foi anunciada uma reunião popular na sala das audiências publicas; compareceram todas as autoridades, pessoas de todas as classes e a força policial” (Idem). Essa reunião tinha como propósito a Proclamação da República na Cidade do Jardim, em 1º de dezembro, isto é, 15 dias depois. Os senhores vereadores, “eleitos” no período Imperial, aderiram ao movimento que estava acontecendo no país, quando, em sessão extraordinária, o presidente Remígio Álvares da Nóbrega, convocou os demais vereadores com:

O fim de communicar a transformação publica por que passou o paiz, no dia 15 de Novembro passado e que parecendo-lhe que o Município participava dos sentimentos de que se achava possuido elle Presidente, propunha que na presente acta se declarasse que o Município adheria a forma de Governo Republicano (LIVRO DE ACTAS, 1889, p. 81).

Constituída pelos senhores vereadores: Remígio Álvares da Nóbrega, presidente do legislativo, José Barbosa Teixeira, José Isaias de Medeiros, Manoel Francisco de Azevedo, Manoel Francisco dos Santos e Antônio Manoel do Nascimento, a Câmara de Vereadores, às 3 horas da tarde, recebeu em seu “Paço”, local onde eram realizadas as sessões, também chamada de Casa de Câmara e Cadeia Pública, o senhor juiz de direito da Comarca Dr. Manoel José Fernandes,

O q.l exibindo um telegrama datado de 17 de Novembro próximo passado, disse que havia recebido communicado de haver cido organizado um Governo provisório da Republica do Estado do Rio Grande do Norte, na pessoa do Ex.mo presidente Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, e que portanto communicava esse acontecimento ao qual adheria, digo adheria a nova forma de Governo e proclamava o Governo Republicano, depois do que disse algumas palavras congratulatorias concludo por dois vivas a República do que foi entusiasticamente applaudido (LIVRO DE ACTAS, 1889, p. 81).

A República foi proclamada na cidade de Jardim do Seridó quinze dias depois dos acontecimentos na capital federal, em sessão promovida pelos vereadores, contando com a presença de mais 29 cidadãos jardinenses, que compareceram ao ato público, assinando, em seguida, a ata da sessão extraordinária. Podemos observar, pelo número de participantes, que a grande maioria da população não participava das questões políticas que culminaram com a proclamação da República. Esse fenômeno é possível de ser observado, tanto em nível da capital federal, como aponta José Murilo de Carvalho, quanto, mais ainda, nas cidades do interior.

Apesar da apatia dos cidadãos jardinenses no envolvimento republicano, a elite local estava ativamente acompanhando o desenrolar dos acontecimentos, que, embora “entusiasticamente” tenha aplaudido e festejado com passeata ao som da Banda de Música e foguetões, mantinha-se ressentida de suas consequências. O juiz municipal aproveitou a ocasião da solenidade e “em palavras expressivas aconselhou a todos os esquecimentos dos ódios e desgostos particulares e harmonia para bem servir à republica” (O POVO, 1889, p. 03), que demonstra que a República foi saudada de maneira diferente entre os habitantes da Cidade do Jardim. Alguns cidadãos deixaram passar despercebidos os festejos da elite política, certamente pensando que os fogos e a banda tocando seriam em homenagem à padroeira, cuja festa estava sendo comemorada. Outros, sobretudo políticos, comemoraram, pois era a oportunidade de conseguir benefícios com o novo governo. Outros, porém, ficaram desgostosos, pois não compatibilizavam com as ideias republicanas, preferindo a política

imperial. O novo governo trouxe mudanças e transformações que afetaram a vida cotidiana da população. Mas essa é uma outra história.

Referências

Acta da Sessão Extraordinária de 1º de dezembro de 1889. **Livro de Actas da Câmara Municipal de Jardim do Seridó – 1889.**

ARRAIS, Raimundo. Da Natureza à Técnica: a capital do Rio Grande do Norte no início do século XX. In.: FERREIRA, Angela Lúcia; DANTAS, George (Orgs). **Surge Et Ambula: a construção de uma cidade moderna (Natal, 1890-1940).**Natal: EDUFRN, 2006.

ALBUQUERQUE Jr, Durval Muniz de. **A Invenção do Nordeste e outras artes.** Recife: FJN; São Paulo: Cortez, 2006.

ALMANAK Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro e indicador para 1903. Rio de Janeiro: Companhia Typographica do Brazil, 1903.

AZEVEDO, José Nilton de. **Um Passo a Mais na História de Jardim do Seridó.** Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1988.

BUENO, Almir de Carvalho. **Visões de República: ideias e práticas políticas no Rio Grande do norte (1880-1895).** Natal-RN: EDUFRN, 2016.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: O longo Caminho.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. **Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi.** São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

FERREIRA, Ângela Lúcia de Araújo; DANTAS, George. Os “indesejáveis” na Cidade: as representações do retirante da seca (Natal, 1890-1930). **Scripta Nova.** Universidade de Barcelona, 01 de agosto de 2001, nº 94. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn-94-96.Htm>.

GAZETA do Natal, Natal, 1889.

GOIS, Diego Marinho de. **Jardim do Seridó**: a construção dos espaços públicos na “Veneza Seridoense” nas primeiras décadas do século XX. 2012. 176f. Dissertação (Mestrado): UFRN, Natal.

GOUBERT, Pierre. História Local. **Revista Arrabaldes**. Ano 1, nº 1, maio/agosto, 1988.

GUIMARÃES, Matheus Silveira. O Homem deixou de ser a medida das coisas: o movimento do quebra-quilos na Paraíba (1874-1875). In. **Anpuh**. Anais.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: EDUNICAMP, 1994.

MACEDO, Muirakytan Kennedy de. **A Penúltima Versão do Seridó**: uma história do regionalismo seridoense. Natal: Sebo Vermelho, 2005.

MACIEL, Francisco Ramon de Matos. **“A Produção do Flagelo”**: a re-produção do espaço social da seca na cidade de Mossoró (1877-1903-1915). 2013. 222f. Dissertação (Mestrado): UFRN, Natal.

MARTINS, Patrícia Carla de Melo. Padroado Régio no auge do Império Brasileiro. **Revista Brasileira de História das Religiões**. Maringá (PR) v. III, n.9, jan/2011. Disponível em <http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pub.html>. Acessado em 25 de junho de 2015.

NEVES, Frederico de Castro. **A Multidão e a História**: saques e outras ações de massa no Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Fortaleza: Secretaria de cultura e Desporto, 2000, p. 52.

O CONSERVADOR: jornal político e noticioso. Natal, 1875.

O POVO, Príncipe, 1889.

QUADRO Geral da População da Parochia de N. S. da Conceição do Azevedo do Jardim. In.: Recenseamento do Brasil em 1872 – Província do Rio Grande do Norte.

SILVA, Jeovah Lucas. **As bênçãos de Deus**: a seca como elemento educador para o trabalho (1877-1880). 2003. Dissertação (Mestrado): UFC, 2003.

SPINELLI, José Antônio. **Coronéis e Oligarquias no Rio Grande do Norte** (Primeira República) e outros estudos. Natal: EDUFRN, 2010.

Notas

¹ Destaca-se a crítica feita por Durval Muniz de Albuquerque Jr (2006), sobre a hierarquização no campo historiográfico brasileiro, entre o que se chama história nacional (história do Brasil) e história regional (História do Nordeste).

² Cabe destacar que na historiografia do Rio Grande do Norte sobre as ideias republicanas no Seridó, temos os trabalhos de José Antonio Spinelli (2010) e Almir de Carvalho Bueno (2016), nos quais já apontaram para o deslocamento das oligarquias da capital para o interior do estado.

³ No sertão do Seridó, no Rio Grande do Norte, existe uma crença que afirma que, se não chover até o dia 19 de março, dedicado às comemorações na Igreja Católica a São José, o ano será ruim de inverno.

⁴ Ao longo do texto, manteremos a transcrição literal da escrita da época, em se tratando das citações das fontes pesquisadas.

⁵ Para este autor, “o movimento não tinha um líder. Havia sim grupos armados que invadiam cidades e vilarejos, quebrando os novos pesos e medidas, queimando arquivos, arrombando cadeias, libertando presos e enfrentando, algumas vezes, a polícia” (GUIMARÃES, 2011, p. 30).

⁶ Segundo José Nilton de Azevedo, o Padre José Antônio da Silva Pinto, “deixou traços bem vivos da sua ação e a sua fé, impressionando da tribuna sacra com os seus grandes dotes de orador” (AZEVEDO, 1989, p. 32).

⁷ O templo foi construído em três anos, de 1889 a 1891. O jornal O Povo, em janeiro de 1891, já divulgava entre seus leitores a expectativa da festa, lançando convites para a participação do povo. O jornal anunciava que “deve ter lugar no dia 2 de fevereiro próximo a benção da igreja do SS. Coração de Jesus, da cidade do Jardim. Constanos que ali será pomposa essa festa, e que haverá grande concorrência de povo” (O POVO, 1891, p. 03).

⁸ Sobre a biografia do Cel. Felinto Elísio, José Nilton de Azevedo informa que “nasceu na fazenda Sombrio, do Município de Jardim do Seridó, aos 29 de novembro de 1852, sendo filho do Tenente-Coronel Manoel Ildefonso de Oliveira Azevedo e de d. Tereza Florinda de Jesus”. Foi Capitão (1877) e Coronel da Guarda Nacional (1893), Promotor Público da Comarca e exerceu diversos cargos políticos na cidade e no estado, chegando a Governador interino do Estado (AZEVEDO, 1989, p. 77).

⁹ O Cel. José Thomáz de Aquino Pereira nasceu no Estado da Paraíba, em 1º de junho de 1839. Casou-se com d. Rita Maria Pereira de Jesus [...]. Residiu no sobrado construído pelo mesmo, à Av. Dr. Fernandes nº 40, não chegando a construir família (AZEVEDO, 1989, p. 72).

¹⁰ Segundo José Nilton de Azevedo, o “Dr. Manuel Augusto de Medeiros (Dr. Medeiros) nasceu em 30 de abril de 1854, no sítio Umari, no Município de Caicó-RN. Filho de Francisco Antônio de Medeiros e de Ana Vieira Mimosa [...] Iniciou seus estudos em Caicó, indo posteriormente para um convento em Olinda-PE; daí seguiu para a Universidade da Bahia. Ao concluir o seu curso superior (Medicina), em 13 de dezembro de 1884, com

trinta anos de idade, já havia contraído há dois anos o seu primeiro matrimônio. Assim sendo, depois de formado, veio residir em Jardim do Seridó, onde exerceu suas atividades profissionais” (AZEVEDO, 1989, p. 123).